

Pinga Fogo

Manobra de Eduardo Cunha põe em risco reforma política

Em 28 de maio, apenas um dia após ser rejeitada a inclusão do financiamento privado para campanhas eleitorais na Constituição, em votação pelos deputados, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, organizou uma manobra e colocou o tema novamente em pauta.

Com isso, ele conseguiu aprovar por 330 votos a 141 uma emenda aglutinativa que permite que partidos, e não candidatos, recebam doações empresariais nas eleições. Se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) for aprovada também no Senado, será mantido o que ocorre hoje na prática, os candidatos continuarão recebendo

dinheiro privado.

O que ocorreu na Câmara atropela o que estava nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em 2014, a maioria dos ministros do STF estava a favor da proibição do uso de verbas empresariais no processo eleitoral (de 11 ministros, 6 já tinham votado contra). O entendimento era de que esta forma de financiamento provoca desequilíbrio nas eleições. O julgamento foi interrompido em decorrência a um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

A votação da Câ-

mara pode ser anulada pelo STF. Um grupo de 61 deputados federais pede, através de um mandado de segurança, a suspensão por ser considerada inconstitucional (uma proposta não pode ser votada duas vezes no mesmo ano).

Não se pode conceber que um dos Poderes da nação fique como um fantoche político, dependendo dos

humores e vontades que representam uma parcela mínima da sociedade e asseguram interesses que podem prejudicar milhões de brasileiros.

Os atuais políticos estão fazendo leis que apenas beneficiam a sua própria reeleição e não estão preocupados, de forma alguma, com a DEMOCRACIA que interessa a toda a população.

EDUARDO CUNHA MANTÉM EMPRESAS FINANCIANDO POLÍTICA!



Constituinte exclusiva e soberana é a saída para a verdadeira reforma política

O povo está descrente no sistema político. Grande parte dos brasileiros não vê na política o caminho para a concretização de avanços sociais significativos, que assegurem a participação de toda a diversidade que constitui nosso país e que

precisa ter voz e demandas atendidas.

Está em discussão a proposta de uma Constituinte na qual serão eleitos pelo povo representantes que exercerão exclusivamente o poder de definir as diretrizes políticas do Estado brasileiro, e retor-

narão à sua vida de cidadãos e cidadãs, iguais aos demais, ao término desse processo. Isso é diferente do que foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Em 2014, os movimentos sociais promoveram em âmbito nacional

um plebiscito, presencial e pela internet, com a seguinte pergunta: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?". Entre os que votaram, 97% foram favoráveis à proposta - cerca de 7,4 milhões de pessoas.

Governo Federal anuncia Plano Safra. Fim das incertezas no setor de Máquinas Agrícolas

No início de junho foram anunciados pelo Ministério da Agricultura os recursos destinados ao Plano Safra 2015/2016. O agronegócio brasileiro receberá um aporte de R\$ 187,7 bilhões, 20% superior ao ano passado.

Do total de recursos, os destinados ao custeio e comercialização se-

rão de R\$ 149,5 bilhões, e aos investimentos totalizam R\$ 38,2 bilhões. Por outro lado, houve um aumento de 35% na taxa de juros em relação ao ano passado, variando de 7,75% a 8,75%. Mesmo apresentando crescimento da taxa de juros, o montante de recursos anunciado é positivo tan-

to para os produtores rurais, como para o setor industrial que depende do bom desempenho do setor agrícola.

A boa notícia vem ao encontro das perspectivas de safras recorde para este ano, e pode auxiliar nas campanhas salariais dos trabalhadores metalúrgicos.

Maioridade penal: escola do crime ou escola da reeducação?

A legislação brasileira prevê punição a qualquer cidadão, a partir dos 12 anos, que cometa algum ato contra a lei. Ela esta baseada em seis medidas socioeducativas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de servi-

ços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (detenção).

Conforme o Estatuto, as medidas são aplicadas de acordo com a capacidade de o adolescente cumpri-las, com as circunstâncias e com a

gravidade da infração.

O sistema penitenciário está em colapso e com o controle das gangues tem estimulado a violência ao invés da regeneração dos indivíduos encarcerados. A inserção de adolescentes nesse regime poderá aumentar o recrutamento destes para o crime organizado.

Caso SwissLeaks: HSBC suíço teria ajudado clientes a sonegar impostos

Documentos internos vazados por um jornal inglês revelam que a filial suíça do banco HSBC orientava clientes com contas secretas a fugir de impostos, permitindo que sacassem grandes quantias em dinheiro sem declará-las.

O valor dos impostos sonegados chega a 120 bilhões de dólares. A lista divulgada traz 106 mil clientes que podem estar envolvidos no esquema,

entre eles 6,6 mil brasileiros. Destes, estão na lista artistas, políticos (11 envolvidos na Operação Lava Jato), 22 empresários da mídia (um deles é Roberto Marinho, fundador da Rede Globo) e sete jornalistas.

Muitas das 106 mil contas divulgadas são legítimas e a sonegação de impostos e outros crimes só poderiam ser confirmados por meio de investigação. Entretanto, um acor-

do entre a justiça suíça e o banco interrompeu as investigações. A instituição financeira pagou U\$ 40 milhões (equivalente a apenas 0,4% de seu mercado) para que o caso fosse encerrado no país.

O Brasil recebeu os dados do Ministério Público francês. Agora, cabe ao Ministério Público brasileiro investigar possíveis irregularidades, que possam existir nas contas brasileiras.

O que comemos?

Você sabia que, desde 2008, o Brasil é considerado o país que mais consome agrotóxicos no mundo, algo em torno de 5,2 litros por ano, por habitante? E que muitos venenos aqui usados estão proibidos em quase todo o mundo por causa dos riscos à saúde humana e ambiental?

Como se isso não bastasse, a Câmara dos Deputados acaba de fazer mais um agrado aos empresários: aprovou, em maio, sem maiores debates com a sociedade, o projeto que acaba com a exigência de afixar o símbolo da transgenia nos rótulos de produtos geneticamente modificados, destinados ao consumo humano. O projeto agora tramita no Senado e, caso seja aprovado, não sabemos mais o que compramos, enfim, o que estamos colocando à mesa para nossos filhos.

Várias entidades dos movimentos sociais lutam para derrubar este projeto e também para que haja um controle sobre o uso dos venenos na agricultura e na pecuária.



Publicação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Rio Grande do Sul e sindicatos filiados

Endereço da FTMRS: Rua Voluntários da Pátria, 595, 10º andar, sala 1007 - Centro - Porto Alegre/RS - Fone/Fax: 51 3228-4877

Presidente: Jairo Carneiro - Jornalista Responsável: Janaína C. Capeletti MTB 9869 - Colaboradores: Carina Weber, Cristina Vieceli, Geraldo Muzykant, Natália Dalla Nora, Renata Machado e Rita Garrido - Diagramação: Jean Lazarotto. Participe do Pinga Fogo. Envie seu comentário para pingafogo@ftmrs.org.br